

ARTIGO

Amazônia: a opção pelo desenvolvimento

JOSÉ SARNEY FILHO

O destino da floresta amazônica está sendo decidido pelo Congresso. Na semana passada, em audiência pública conjunta das Comissões da Amazônia e da Agricultura, foi apresentado o projeto de conversão da medida provisória que altera o Código Florestal. Membros da bancada ruralista repetiram, em tom pouco cortês, a noção equivocada de que o atual Código Florestal "engessa" o desenvolvimento da Amazônia. Que "desenvolvimento" é esse? Qual é o papel da Amazônia no futuro do País? O que a opinião pública e a sociedade civil têm a dizer sobre decisão de tamanha importância? Ou o Congresso abre e qualifica esse debate, ou decidiremos o destino da maior floresta tropical do planeta com base, exclusivamente, no interesse imediato de alguns proprietários de terra.

A última década foi marcada por uma revolução de produtividade na agricultura brasileira. Desde a safra 1990/91, a produção de grãos cresceu 58%, enquanto a área plantada se manteve inalterada. O novo modelo agrícola, além de evitar a conversão de novas áreas de vegetação nativa, é virtuoso por aumentar a qualidade e o valor adicionado do produto, ao longo da cadeia produtiva, tornando-o capaz de penetrar nichos mais dinâmicos e valorizados de mercado. Mas a modernização produtiva tem ocorrido de forma desigual no espaço: o hiato de produtividade da agricultura na Região Norte em relação à média nacional cresceu de 24,2%, em 1985, para 34,5% em 1997. E qual a importância relativa da produção agrícola na Amazônia? Em 1997, a Região Norte era responsável por 3,6% da área plantada e por tão somente 2,4% da produção de grãos. Embora a participação relativa da Região Norte no rebanho bovino nacional seja maior, 11,6% em 1996, o número de cabeças por hectare de pastagem é 19% inferior à média nacional, que era de apenas 0,86 cabeça/ha em 1996. A mera equiparação da atual densidade à média brasileira pouparia 5,6 milhões de hectares de floresta de serem convertidos em novos pastos.

O desflorestamento da Amazônia, na contramão da revolução produtiva, além de irrelevante para a produção nacional, induz à reprodução ampliada de um modelo extensivo de baixíssima eficiência econômica, que precisa ser revertido. Já são 165 mil quilômetros quadrados (Espírito Santo e Santa Catarina juntos) as terras alteradas e abandonadas na região. Se essas terras fossem, de novo, incorporadas à produ-

ção, a área de pastagens na Amazônia poderia crescer 68%, ou a área agrícola crescer mais de 8 vezes, sem derrubar uma árvore sequer.

A expansão, sem limites, da fronteira agrícola é causa direta da baixa produtividade e do subdesenvolvimento regional. As novas terras abertas, com altíssimos custos ambientais, erodem as possibilidades de intensificação produtiva. Isso é um tiro no pé, pois, ao atrasarmos a evolução tecnológica da agricultura, relegamos a produção regional a mercados pouco exigentes e estagnados. Como resultado, a região se especializa no que é fácil, barato, no que não contém tecnologia ou envolve criatividade, no que não paga bons salários, no que não gera receita fiscal significativa.

O modelo atual de ocupação da Amazônia reduz o potencial econômico da floresta a uma única e sinistra trajetória. Depois de "garimpadas" as espécies madeireiras de maior valor, a floresta é reduzida a cinzas e transformada em pastos de baixa produtividade e rápida exaustão. Isso ocorre porque ainda não há um mercado que sinalize o valor presente do usufruto da floresta, ou dos serviços ambientais insubstituíveis que ela já nos presta, fundamentais para

a própria continuidade da produção econômica, do desenvolvimento e da qualidade de vida das populações. Sua massa continental de vegetação, por exemplo, funciona como uma bomba de reciclagem de água que resfria e umedece o clima e que mantém, em equilíbrio, o regime hídrico de 115 da água doce do planeta. Cada porção de área desmatada significa menos chuvas na mata e até sobre o Sul e o Sudeste do Brasil.

A valoração dos recursos da floresta, entretanto, precisa estar traduzida na promoção de alternativas econômicas ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis, com efeito suficiente para promover um impacto positivo sobre o emprego e a renda, de forma a melhorar a condição social da população, permitindo, ao mesmo tempo, a conservação dos recursos e serviços florestais. A extração de madeira, por exemplo, já emprega 500.000 pessoas e responde por quase 15% do PIB da região, cabendo aprimorá-la e torná-la sustentável. A madeira certificada pode alcançar maior valor, pode ser exportada, pode ser convertida em produtos sofisticados, cujo ingresso em mercados também sofisticados não sofre o veto de consumido-

res ecologicamente conscientes. O mercado de fixação de carbono também já está sendo organizado e o turismo ecológico bate recordes. Empresas nacionais e estrangeiras iniciam uma corrida em busca do maior estoque de genes do planeta, de valor literalmente inestimável, conforme muito bem exemplificado em recente artigo da revista Veja, e cuja possibilidade de uso simplesmente deixa de existir, quando se corta e se queima a "nossa floresta dos ovos de ouro".

Como se vê, as razões estritamente econômicas contra a alteração do Código Florestal e o desflorestamento da Amazônia são inúmeras. Mas a alteração do código seria nefasta também para os interesses estratégicos do Brasil na cena internacional. O Protocolo de Kyoto resistiu, embora abalado, ao boicote norte-americano. Os EUA estão pagando um alto preço por sua posição isolacionista. A denúncia brasileira da posição norte-americana, inclusive com sucessivas manifestações do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso,

175 mil quilômetros quadrados de terras desmatadas e abandonadas

foi direta e incisiva. Em Bonn, o Brasil exerceu crucial liderança sobre o Grupo dos 77 em favor do Protocolo. Como legalizar agora o aumento do des-

florestamento e das emissões de CO₂? Como enviar ao mundo um sinal tão contrário a nossa belíssima atuação diplomática e à decisão concertada da quase totalidade das nações pela continuidade do Protocolo? Em nome de que interesses aumentaremos a devastação e as emissões de carbono, exatamente quando o mundo reconhece o efeito estufa como um gravíssimo problema global? Vale lembrar que o CO₂ emitido na queima anual da floresta amazônica, nos níveis correntes, é estimado em cerca de três vezes o total de emissões por queima de combustíveis fósseis de todo o País. Sem a queima da floresta, somos um dos países mais limpos do mundo. Com ela, somos o quinto maior emissor de CO₂.

A integridade da mais magnífica floresta do planeta é um direito das muitas gerações futuras de brasileiros que, ao contrário de grandes proprietários de terra, não se podem fazer ouvir no Congresso. Cabe ao Estado e à opinião pública a defesa intransigente desse direito, para que das imensas possibilidades de desenvolvimento sustentável da Amazônia não lhes restem apenas cinzas, fumaça e desalento.